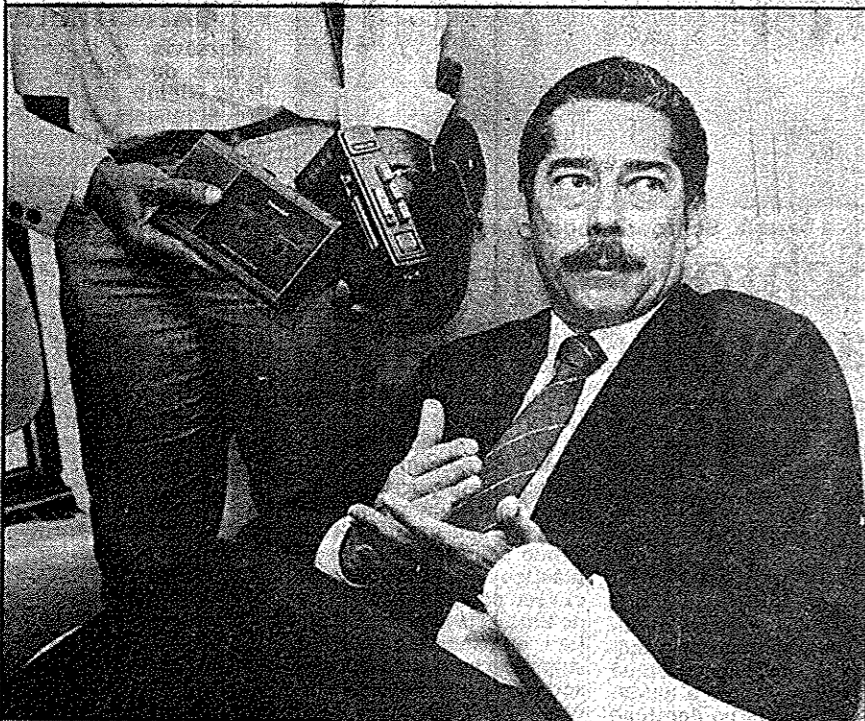


Lideranças buscam política indigenista coerente

E criticam os 17 anos de existência da Funai, cuja rotatividade na presidência é prejudicial

ADAUTO CRUZ



Jurandy Fonseca queria passar a presidência da Funai a um índio...

LUIS MARQUES



...mas quem o sucedeu foi Nelson Marabuto, quem também não correspondeu

RÓSANE GARCIA
Da Editoria Nacional

A execução da política indigenista nestes 17 últimos anos, desde a criação da Fundação Nacional do Índio, em 1967, é impossível de ser avaliada, não só por índios como também por sertanistas. Só no governo Figueiredo o órgão desfilou as mais diversas correntes de pensamento sobre o indigenismo. Neste ano, teve três dirigentes de um total de seis. Bateu o recorde em número de presidentes. Foi um exemplo claro e concreto da convulsiva política a que se submetem os povos indígenas brasileiros.

A última investida das lideranças indígenas na busca de uma política coerente de defesa dos seus interesses, foi tentada esta semana. Participando do simpósio "Índios e Estado", os líderes se propuseram juntamente com não-índios a traçar um plano para o próximo governo. A validade da iniciativa foi questionada não só por entendidos no assunto como também pelos próprios índios, considerando que eventos semelhantes já foram promovidos e suas conclusões em nada resultaram ou nem mesmo foram observadas.

Allton Krenak, índio, 31 anos, jornalista e coordenador de publicações da União das Nações Indígenas - organismo não reconhecido pelos órgãos oficiais - é um destacado e respeitado integrante do movimento indígena brasileiro. Durante o simpósio, marcou presença e chamou a atenção dos demais participantes pelas suas colocações rígidas em defesa dos povos indígenas nacionais.

Em sua opinião, a Funai, criada no dia 5 de dezembro de 1967, nada mais é do que "uma agência de desenvolvimento dentro de um ministério de colonização". Esta sua posição reflete a discrepância do vínculo da Funai com o Ministério do Interior, que acopla órgãos desenvolvimentistas cujos interesses são conflitantes com o das comunidades indígenas.

Assim, Allton Krenak cria uma equação obedecendo uma ordem de valores seguida por aquele Ministério. "Se você percebe - explica ele - que as terras indígenas são consideradas espaços vazios, a partir daí chega-se ao pressuposto de que o Governo as ignora, o que não acontece só com os povos indígenas. Atinge também a sociedade envolvente. As colonizações são provas do que eu falo. A partir do entendimento de espaço vazio, o governo entrega as áreas às multinacionais e aos poderosos grupos econômicos".

Muito antes de estar preocupado com quem será o próximo presidente da República ou quem será o futuro dirigente da Funai - questões que Allton considera irrelevantes - o índio quer saber qual será a postura do Estado, se o Estado "vai tratar o índio como obstáculo ao desenvolvimento ou se ele vai perceber que nós somos os aliados do futuro, porque tratamos como se fôssemos figuras do passado, animais pré-históricos. E se existe alguma perspectiva de futuro para esta nação, nós estamos nela e somos seus aliados".

Mesmo assim ele encara com um tímido otimismo a alternância no poder, acreditando que surgirá um novo arranjo social que dará ao Estado uma faceta diferente. "A minha esperança - assinala - é de que a população indígena tenha, dentro deste novo possível arranjo, força substancial para introduzir alguma mudança na relação com o poder. Não acredito, contudo, que o Estado irá fazer isto por caridade. É algo que teremos de conquistar".

PREOCUPAÇÃO

A esta posição se contrapõe a de cautela do sertanista José Porfírio de Carvalho. "Vejo a mudança política - diz ele - com muita preocupação. Tancredo Neves, para ser eleito, deve fazer alianças com vários grupos, na maioria econômicos, e que têm interesses nas áreas dos índios. A despeito de eu ver com muito bons olhos o retorno à democracia, me preocupa muito em saber o que acontecerá quando estes grupos começarem a cobrar do próximo governo a defesa dos seus interesses".

O sertanista afirma que a política indigenista está falida. Ele lembra que quando o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi extinto, estava em situação semelhante a que se encontra hoje a Funai. Assim, em 1967, o governo, ao criar a Funai tinha

a esperança de executar uma política indigenista para sanar os erros cometidos pelo então SPI. O ex-serviço fora vítima do empreguismo, da corrupção e de uma postura antiindigenista.

Hoje, no entanto, quando é feita a releitura dos relatórios do que antes era considerado ato de corrupção, os risos não são contidos. Basta recapitular a compra da atual sede da Funai, no Setor de Indústria, o arrendamento da serraria de Tucuruí à Capemi, que foram escândalos nacionais. Em contrapartida, o autor destes fatos como diz o sertanista - o "atribuído coronel João Carlos Nobre da Veiga", ocupa cargo de confiança no Ministério do Interior.

Nos seis primeiros anos de criação da Funai, a política indigenista era executada de acordo com o humor de seus administradores, até que, em 1973, no dia 13 de dezembro, foi sancionado o Estatuto do Índio (Lei 6.001). Antes, contudo, do advento desta lei, a política indigenista obedecia a tradição da escola do Marechal Rondon. Recorda Porfírio Carvalho que nesta época existiram pessoas como os sertanistas Francisco Meirelles, Gilberto Pinto Figueiredo e Telésforo Fontes, que, por suas próprias figuras, impunham respeito às comunidades indígenas. A seriedade do órgão era sentida nas mais simples ações. Bastava um documento para impedir a invasão do território de uma nação indígena.

A situação hoje é totalmente inversa. A Funai não tem força política e muito menos financeira ou econômica para executar nem que seja uma política equivocada. Os grupos econômicos são fortes o suficiente para fazer gestões junto ao poder e impedir a demarcação de uma reserva, mesmo que esta seja de posse reconhecida e imemorial.

Segundo o sertanista, com o surgimento do Estatuto e a consequente alteração da política indigenista, caiu em desuso o tradicional respeito ao direito dos índios. A lei foi descumprida desde a sua publicação. Os trabalhos indigenistas realizados passaram, a partir do Estatuto, a serem personalizados e a política indigenista a ser calçada em cima de pessoas que ainda guardavam o respeito a tradição. A lei caiu no vazio.

INTERIORIZAÇÃO

A atual aplicação da política indigenista está muito mais relacionada aos atendentes de enfermagem, motoristas de caminhão, regatões (caixeiros viajantes), donos de boteco, do que mesmo a antropólogos e entidades de apoio ao índio. Conforme Porfírio Carvalho, o elenco de cientistas e entendidos na questão passaram exercer política nos corredores de universidade, salões de simpósio e páginas de jornais. A única saída, no seu modo de ver, é a interiorização do indigenismo, retornando, de fato, ao passado.

Por um lado, a posição do sertanista Porfírio Carvalho explica a participação de tantos não-índios em eventos semelhantes ao simpósio. De outra forma, Allton Krenak entende que o engajamento destas pessoas "vinculadas à política do branco e do governo", se justifica, no momento, pois o Estado só está aparelhado para ouvi-las. "Nós não somos reconhecidos - lamenta - e nem respeitados, o que vem reforçar a nossa necessidade de buscar meios, no próximo arranjo social, para que os nossos órgãos e conselhos indígenas sejam reconhecidos".

Ele lamenta ainda que o Estado, apesar de buscar com tanta avidez o progresso, não tenha encontrado mecanismos para se entender com as nações indígenas, considerando as primitivas, quando, na verdade, não evoluiu o suficiente para dialogar com as diferentes etnias.

—Não somos contra o progresso. Não aceitamos as barbaridades cometidas em nome do progresso. O estado tem se constituído num bloco de ações que vão desde o extermínio e a invasão das terras até a descaracterização cultural e dominação colonialista, cujos exemplos são os atos das secretarias de Agricultura, da Funai, Ministério do Interior, e retrocedendo, dos Bandeirantes. O que são hoje os empresários, senão os tataranetos dos bandeirantes? Os antigos perpetravam a violência com o uso de espingarda. Hoje, os empresários se utilizam do computador para tomar a nossa terra - argumenta Krenak.

Índios Kaiapó libertam 17 garimpeiros

ABNOR GONDIM
Correspondente

Belém — "Enquanto não for iniciada a demarcação da reserva dos Kaiapó, esses problemas não cessarão", confessou, ontem, o delegado Regional da Funai, Salomão Santos, após anunciar a libertação dos 17 garimpeiros que estavam mantidos como reféns na aldeia dos índios Kokraimoro por terem sido encontrados em suas terras.

Ele aguardava ontem notícias sobre a desocupação da serraria da Fazenda Santa Cristina, tomada há alguns dias pelos índios Kuben-krankrein. Negou as investidas dos índios a outras fazendas, armados e em estado de embriaguez, conforme foi denunciado por fazendeiros da região e anunciou que um engenheiro florestal será deslocado para a área a fim de averiguar a derrubada de 10 mil árvores por madeireiros, e que motivou a ocupação da serraria.

O delegado informou que os garimpeiros vinham do rio Trairão, afluente da margem esquerda do rio Xingu, onde teriam pesquisado ouro. Salomão Santos acredita que não obtiveram sucesso na pesquisa, já que estavam retornando com pouco ouro. Os índios Kokraimoro decidiram libertá-los após a chegada do cacique Braire, mas apreenderam uma canoa, espingardas, revólveres e motosserra que estavam em seu poder.

Quando da realização da próxima reunião da Sudam, dia 17 de dezembro, o presidente da Funai, Nelson Marabuto, deverá aproveitar para visitar a reserva dos Kaiapó, de 2,8 milhões de hectares. Entende que a demarcação da reserva está bem encaminhada, pois os próprios empresários manifestaram interesse em ajudar nesse serviço. E os índios cederam em suas reivindicações quanto ao tamanho da área a ser demarcada.